

Notícia: Prêmio Helena Antipoff

Regina Helena de Freitas Campos¹
Universidade Federal de Minas Gerais

News: Helena Antipoff Award

O Conselho Federal de Psicologia instituiu, em 1999, o Prêmio Monográfico Helena Antipoff, com o tema: "Psicologia e Compromisso Social: Educação Inclusiva - Desafios, Limites e Perspectivas". Profissionais e estudantes de psicologia em todo o país mobilizaram-se e apresentaram monografias relacionadas ao tema, focalizando as diferentes abordagens psicológicas e psico-sociais à questão do acesso de populações excluídas ou marginais à educação. Uma comissão de especialistas, designada pelo CFP, reuniu-se em dezembro de 1999, para proceder à escolha dos melhores trabalhos. A comissão julgadora foi integrada pelos Profs. Maria José Coimbra, da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro; Norberto Abreu e Silva Neto, da Universidade de Brasília; Raquel Souza Lobo Guzzo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e por mim, representando a UFMG. A reunião de julgamento foi realizada na Sala Helena Antipoff, na Biblioteca Universitária da UFMG, local onde parte do acervo da psicóloga e educadora homenageada pelo Prêmio está sendo recuperado, conservado e disponibilizado para a pesquisa em história da psicologia e da educação no Brasil, com a ajuda da Escola de Biblioteconomia e do CECOR-UFMG. A cerimônia simbólica de premiação foi realizada por ocasião do XIX Encontro Anual Helena Antipoff, na Fundação Helena Antipoff, em Ibirité, nos dias 14 e 15 de abril de 2000, com a presença da Presidente do Conselho Federal de Psicologia, Profa. Ana Mercês Bahia Bock, do Secretário de Estado da Educação de Minas Gerais, Prof. Murílio Hingel, e do Vice-Presidente do Conselho Regional de Psicologia, Francisco Viana. O Encontro Anual, promovido pelo Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, marca a lembrança do aniversário da psicóloga e educadora e foi instituído há 19 anos. Trata-se de um dos eventos mais tradicionais para os pesquisadores, estudantes e profissionais interessados no desenvolvimento da psicologia da educação no Brasil.

Este ano, o Encontro foi realizado em associação com o Conselho Federal de Psicologia, com o objetivo de divulgar os trabalhos premiados e estimular a discussão da proposta da Educação Inclusiva, e do papel dos psicólogos na realização desse ideal. Trata-se, na verdade, de uma proposta que focaliza, mais uma vez, a questão do direito universal à educação, consagrado na Constituição Brasileira e nas cartas internacionais de direitos do homem.

Por quê reafirmar a questão do direito à educação, no âmbito da teoria e da prática em psicologia, se no plano jurídico já há consenso sobre sua pertinência? Talvez exatamente porque muitas vezes esse direito, embora afirmado do ponto de vista estritamente formal, é negado na prática a determinados grupos sociais - populações socialmente excluídas, meninos de rua, minorias étnicas, portadores de deficiência física ou mental - nas próprias instituições encarregadas de torná-lo real. Por isso a análise psicológica ou psico-social do exercício efetivo do direito torna-se necessária, e a lembrança da obra de Helena Antipoff é oportuna: seu trabalho, em suas diversas vertentes, expressa o ideal do respeito aos direitos da criança, através de iniciativas que contemplem sua realização.

Ao chegar a Belo Horizonte, em 1929, deixando para trás a dura experiência da guerra, do totalitarismo e do fascismo na Europa, Antipoff sabia o que significava a luta pelo respeito aos direitos do homem, e da criança em especial. Em Genebra, no final da década de 1920, havia participado das ações do *Bureau International de Secours aux Enfants*, instituição que propusera em 1924 à Sociedade das Nações a assinatura da primeira declaração universal de direitos da criança, a famosa Declaração de Genebra. Ao observar, em Belo Horizonte, os pequenos vendedores de jornais dormindo nas ruas, Antipoff questionava porque aquela cidade pacífica, de tanta beleza natural, permitia aquele espetáculo de miséria. Porque, se o país nem sequer conhecera a guerra? Voltou-se, então, para ações de cuidado para com as populações excluídas. Buscava exatamente os meios de beneficiar os excepcionais, as crianças abandonadas, e os alunos que fracassavam nas escolas públicas locais, por falta de estímulo familiar, cultural, ou mesmo pela condição precária de vida.

É fácil entender hoje esse raciocínio de Antipoff, o fenômeno que observou continua a se repetir, tendo ganhado cores mais dramáticas na atualidade. Assim, o prêmio instituído pelo Conselho Federal de Psicologia em sua memória focaliza justamente o tema da Educação Inclusiva, e incentiva-nos a repensá-lo na atualidade. As monografias apresentadas por estudantes e profissionais de todos os pontos do país trazem novas reflexões e exemplos de ações nesse campo, focalizando os diversos tipos de exclusão. Os trabalhos premiados analisam as consequências psicológicas e psico-sociais da exclusão social, do preconceito e da opressão a que estão submetidos os grupos em situação de risco, e trazem preciosas sugestões sobre como evitá-las. O trabalho de Tânia Aparecida Ferreira, professora de psicologia no Unicentro Newton Paiva, em Belo Horizonte, pre-

¹ Endereço: Rua Professor Saul Macedo, 111, Belvedere, Belo Horizonte, MG. E-mail: regihfc@terra.com.br

miado em primeiro lugar entre os trabalhos dos profissionais, intitulado “Os Meninos e a Rua – o Psicólogo e os Impasses da Assistência”, analisa a trajetória de crianças e adolescentes que fazem da rua a “casa”, buscando compreender como concebem e significam o seu espaço de vida e visando fornecer subsídios para projetos de assistência a essa população na atualidade. Em segundo lugar foi escolhido o trabalho de Luciana Bicalho Cavanellas, formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que explora o tema da educação inclusiva a partir do olhar do psicólogo que atua em uma instituição voltada para a assistência a pessoas portadoras de deficiência. Em seu trabalho, Luciana examina a questão de como acolher a diferença, e os sentimentos ambíguos que os “diferentes” despertam nos “normais”, fundamentando filosoficamente sua reflexão. O terceiro trabalho premiado na categoria profissional foi elaborado por Erika Lourenço, mestranda em Psicologia Social pela UFMG, e intitula-se “Educação Inclusiva: Uma Contribuição da História da Psicologia”. O ensaio examina as tensões e contradições que, ao longo da história da psicologia, têm sido produzidas quando da aplicação dos conceitos dessa ciência no contexto dos sistemas de ensino de massa, recomendando aos psicólogos o cuidado na observação dos efeitos sociais de suas intervenções. Entre os trabalhos de estudantes, temos a monografia apresentada por Luiz Fernando Belmonte Mena, da Universidade de São Paulo, intitulado “A inclusão simbólica”. Partindo de sua experiência em uma instituição de assistência a portadores de deficiência mental, o autor defende que a simples “inclusão física”, integrando os excepcionais em instituições comuns, não é suficiente para promover a “inclusão simbólica”, contribuindo muitas vezes mais para mascarar o preconceito que para superá-lo, pois o processo de humanização requer o reconhecimento da diferença. A monografia de Gerson Alves da Silva Jr., da Universidade Federal de Alagoas (“Educação Inclusiva e Diferenciada Indígena”), propõe que o conceito de “educação inclusiva” incorpore também as populações indígenas, mas promovendo uma educação diferenciada, que considere a dinâmica cultural e

a especificidade linguística desse grupo. Juliana da Silva Costa, estudante de psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, expõe a realização de um projeto de educação sexual para adolescentes portadores de deficiência física (“Educação Inclusiva e Orientação Sexual: Dá para combinar”), e Paulo Wenderson Teixeira de Moraes, estudante na Universidade Federal da Bahia, analisa as contradições sociais presentes no cotidiano de uma escola pública em Salvador, e a experiência de “choque cultural” vivenciada por um estudante proveniente de escola particular ao observar a experiência da alienação e exclusão social em uma escola pública que atende estudantes de classes populares (“Educação a partir de uma perspectiva etnográfica”). Todos esses trabalhos têm em comum o fato de, utilizando diferentes perspectivas teóricas em psicologia, tratarem os processos de exclusão a partir de uma visão humanista e comprometida com a superação dos preconceitos e distorções. São exemplos da perspectiva defendida por Ana Bock, em sua gestão à frente do Conselho Federal de Psicologia: a associação entre um conhecimento amplo da história dessa área no país a ações objetivas visando expandir e aprofundar entre nós a consciência da necessidade de colocar a psicologia a serviço da superação de nossa enorme dívida social. Em sua fala aos premiados, a Presidente do CFP afirmou:

Nós, psicólogos, não queremos ter, na história, o papel que temos tido. Criamos instrumentos adequados e preciosos para justificar a desigualdade escolar, que na verdade é desigualdade social, desenvolvemos técnicas eficazes de diagnóstico das chamadas dificuldades de aprendizagem. Dificuldades de aprendizagem que tem sido, a rigor, pensadas como um processo que acontece principalmente com crianças pobres, que possuem famílias pouco intelectualizadas ou analfabetas, que ao se depararem com os conteúdos da cultura escolar, não conseguem ou se recusam a aprender. Queremos romper com essa cumplicidade. (...) Nós, psicólogos, queremos estar do outro lado. Queremos exercer a profissão com outro tipo de compromisso social. Queremos ser descendentes de Helena Antipoff!

Recebido em 19.10.2000

Aceito em 20.10.2000 ■